

CIMI-MS. DOURADOS
 FONTE: FOLHA DE LONDRINA
 DATA: 02/05/93 PAG. 16
 CIDADE: LONDRINA UF: PR

76

Uma longa viagem para a escravidão

**Índios paranaenses viajam até 400 quilômetros para
trabalhar em regime de semi-escravidão no MS**

Luiz Taques
Enviado a Brasilândia (MS)

José Pessoa Queiroz Bisneto, primo de Tereza Collor, cunhada do ex-presidente Fernando Collor, é acusado de manter trabalhadores em regime de escravidão em suas empresas no Mato Grosso do Sul. A Polícia Federal, por determinação do Procurador da República no Estado, João Eleofar, está investigando a denúncia. Além disso, José Pessoa deve ao Ministério do Trabalho, só de multas, mais de Cr\$700 milhões. Junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por sonegação de contribuição à Previdência, a dívida ultrapassa aos Cr\$800 milhões.

José Pessoa responde a processo por estelionato na 11ª. Vara Criminal de Maceió, em Alagoas, e também está sendo executado pelo Banco do Brasil por empréstimos que não pagou, como afirmou à *Folha*, pelo telefone, o juiz José Olavo Lopes. No mês passado, o juiz chegou a decretar a prisão preventiva do usineiro, revogada há dias, depois que José Pessoa se entendeu com o Banco Rural.

O usineiro é dono de duas destilarias de álcool no Mato Grosso do Sul (a Debrasa, que fica em Brasilândia, e a Cachoeira, em Nova Alvorada do Sul). Bóias-frias do Nordeste brasileiro e do interior paulista eram a mão-de-obra mais cobiçada por José Pessoa. De uns tempos para cá,

ele descobriu uma outra ainda mais barata e que não costuma reclamar muito — os índios.

José Luciano da Silva periodicamente troca a miséria institucionalizada na reserva indígena de São Jerônimo da Serra, no Norte do Paraná, pela miséria promovida na destilaria Debrasa. Não é uma troca espontânea, mas uma simples luta pela sobrevivência. Nem é por menos. José Luciano é um dos oito índios xetá que ainda restam no Estado — os mais de 200 que existiam há 41 anos já morreram, sem deixar descendentes.

No mês passado, ele e dois filhos voltaram de uma dessas temporadas como bóias-frias. Retornaram tão pobres como quando foram, com algumas dezenas de notas de Cr\$100 mil nos bolsos, suficientes para comprar comida para a família para duas ou três semanas, depois de dois meses de trabalho na usina, numa rotina de idas e vindas que se repete desde 1991.

Como o xetá, muitos kaingang das aldeias Apucarantina, que fica em Tamarana, distrito de Londrina, e de São Jerônimo da Serra, têm viajado 350, 400 quilômetros para trabalhar na Debrasa. No Mato Grosso do Sul, eles vão se juntar aos guarani, terena e kaiowá para fazer a cana-de-açúcar virar álcool. Na usina, os índios cumprem uma jornada diária de 10 a 11 horas, não tem suas Carteiras de Trabalho assinadas por José Pessoa, dormem em alojamentos

que mais se parecem pocilgas.

Como ganham salários miseráveis, levam uma vida miserável dentro e fora da destilaria. A Debrasa vai produzir, em 11 mil e 700 hectares, 52 milhões de litros de álcool e faturar, nesta safra, aproximadamente US\$12 milhões. No dia 21 de abril, quando o povo foi às urnas para escolher a forma e o sistema de Governo para o Brasil, a empresa justificou o voto de 300 deles, pagando a bagatela de Cr\$7,5 milhões.

A violência também se disfarça na submissão das relações de trabalho. Ultimamente, a destilaria de José Pessoa tem empre



serva de São Jerônimo da Serra, arrancou broto, capinou cana do dia 16 de fevereiro a 17 de abril e teria como salário Cr\$1.884.712,66. Quando a Debrasa foi buscá-lo na reserva, deu Cr\$1.100.000 de adiantamentos. "Não descontamos alimentação dos índios" — garante o gerente agrícola. Mas no recibo de pagamento de Claudemir da Silva, aparecem Cr\$458.333,37 de descontos de refeição e Cr\$263.000 de armazém.

O enteado do xetá, José Aparecido da Silva, 26 anos, diz que dificilmente vai voltar para trabalhar na destilaria. "A polícia da cidade pega os índios e bate mesmo. Isso eu não vou mentir". Na Debrasa, os índios dormem às 9 da noite, quando a luz é desligada, e acordam às 4 da madrugada. A eles são servidas duas refeições por dia. A empresa controla até o que sobra.

"Se a gente fica doente, é preciso levantar às 3 horas da madrugada, pegar carona (os alojamentos ficam a mais de 10 quilômetros da sede) e esperar o dia amanhecer para ser consultado. Mas na farmácia não tem remédio, só injeção" — reclama João Belino da aldeia Cachoeira, de Miranda. O médico só aparece duas vezes por semana: a saúde dos 1.700 bóias-frias da Debrasa fica a cargo de três enfermeiros. "Não temos banheiros nos barracões. Somos obrigados a fazer as necessidades do mato. Com as chuvas, correu tudo para o rio, onde tomamos ba-

nho e lavamos a roupa" — queixa o terena.

O índio produz em média 15% a mais que os bóias-frias brancos, informa o gerente agrícola. Mas nem por isso são mais valorizados. Só não são chamados de fato de escravos, diz o Procurador da República, João Eleofar, porque não existe na legislação brasileira lei que os enquadre como tal.

Para Antonio Brand, membro do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e mestrando em História pela PUC do Rio Grande do Sul, "índio bom e 'civilizado' será aquele que se sujeitar a trabalhar de sol a sol na formação das fazendas e na colheita da cana. Mas aí daquele que ousar reclamar que esta terra tão rica e grande era dele e que ele chegou na região muito antes do primeiro fazendeiro. Este, tanto ontem como hoje, será um índio morto".

Tem razão o diretor-geral da Debrasa, João Francisco Chagas Neto, quando afirma: "Neste País a lei precisa ser cumprida". O parágrafo 5º do artigo 231 da Constituição do Brasil não deixa dúvidas: "É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo adreferendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse de soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco".

gado índios com menos de 14 anos de idade, o que é proibido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). São os casos de Joilson Vilhalva (14 anos), Francisco Benitez (15 anos) e Adão Francisco (16 anos), todos do Mato Grosso do Sul, que começaram a trabalhar na Debrasa em contratos esporádicos de 60 dias a partir de 1989.

"Quando vamos buscar os índios nas aldeias, vez em quando embarca um menor escondido no ônibus, mas depois nós o levamos de volta" — justifica o gerente agrícola da empresa, Antonio Giglioti. Claudemir da Silva, 17 anos, o filho do xetá da re-



Fotos: Roberto Brasillano

Toda a família do xetá José Luciano da Silva virou bóia-fria